

HISTÓRIA DO  
BRASIL-COLÔNIA  
do pau-brasil ao açúcar,  
da mandioca às crises  
de subsistência

*Helen Osório*

*A comemoração (comemorar: trazer à memória; fazer recordar; lembrar) dos quinhentos anos da conquista/descobrimto do Brasil pelos portugueses é uma oportunidade para se questionar visões arraigadas acerca de nosso passado. No caso da história econômica do Brasil colonial, uma das visões é a da abundância das novas terras. No entanto, novos estudos que se debruçaram sobre a realidade agrária da colônia, têm demonstrado que as crises de subsistência e as fomes atingiam a população urbana com uma constância surpreendente. Convém, portanto, examinar com mais vagar alguns dos elementos conformadores destas crises, em particular, o papel da cultura da mandioca nas relações entre europeus e indígenas.*

A interpretação da história do Brasil através de “ciclos econômicos”, ainda que recente, deitou raízes profundas na historiografia e no ensino de história. Foi inaugurada em 1937 por Roberto C. Simonsen com sua obra *História econômica do Brasil*.<sup>1</sup> Ainda hoje muitos estudantes aprendem a história do Brasil através dos “ciclos”. A sucessão pau-brasil/açúcar/ouro, no período colonial, explicaria a economia do país, através de uma cronologia na qual, em cada momento, um “produto-rei” estruturaria e comandaria toda a atividade econômica através de sua exportação, relacionando a colônia à metrópole e ao mercado mundial em formação.

Esta concepção só tem favorecido uma visão estanque e compartimentada da história da América portuguesa, futuro Brasil. Durante a fase de dominância do ouro e diamantes, o aluno de história poderia, legitimamente, perguntar se o açúcar ou mesmo o Nordeste continuavam a existir. Ora, a linearidade cronológica de tais produções não se verificou: o cultivo da cana-de-açúcar conviveu com a extração do pau-brasil ou do ouro. Tais produtos não “surgiram” somente após a “decadência” ou desaparecimento do anterior. Além disso, as análises historiográficas que identificam a noção de ciclos com produtos acabam por “expulsar da história regiões como o Norte, o Sul, o Nordeste setentrional e quase todo o *hinterland* brasileiro, contentando-se com a história da região da Mata e do litoral nordestinos, das Minas Gerais e do Vale do Paraíba fluminense e paulista”.<sup>2</sup> Ou seja, nesta abordagem desconsidera-se tudo o que não seja o setor exportador escravista: as populações que se mestiçavam e praticavam agricultura de subsistência em todas as regiões da América portuguesa, bem como todas as atividades agrícolas, pecuárias e extrativas cujos produtos abasteciam não só os núcleos urbanos em formação, mas também as áreas responsáveis pelos produtos de exportação. Enfim, desatende-se a existência de um mercado interno de alimentos, abastecedor dos setores exportadores e das cidades.

Assim, propõe-se aqui, a abordagem, mesmo que breve, de aspectos ainda pouco estudados de nossa realidade colonial relacionados com a sobrevivência diária da população, e que contrastam com a visão de bonança e prosperidade oferecida pelos cronistas do Novo Mundo, principalmente os do século XVI, que marcaram indelevelmente o imaginário europeu sobre as novas terras. É o caso do cultivo da mandioca, principal alimento da população colonial, e de sua escassez que, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, produziu vários momentos de crises de subsistência e fome entre a população urbana, bem como conflitos entre autoridades coloniais e, sobretudo, senhores de engenho.

O fato da mandioca, espécie autóctone cultivada pela população nativa, ter-se tornado o “pão da terra” de seus colonizadores, alerta-nos para a *continuidade* de práticas agrícolas e para

<sup>1</sup> LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 110.

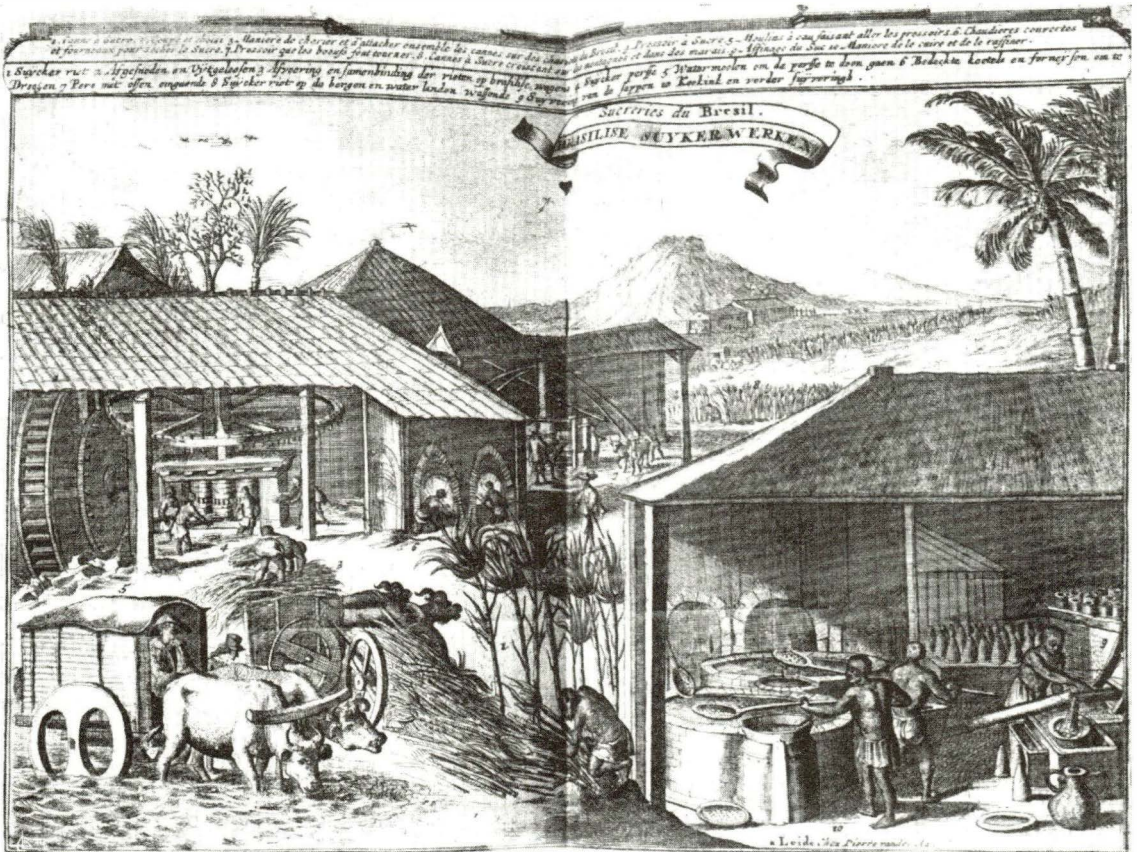
<sup>2</sup> Idem, p. 111.

- o caráter *histórico* – cumulativo no tempo e no espaço – de toda ação do homem sobre a natureza. E obriga-nos a fazer algumas observações acerca das paisagens. As paisagens são produzidas pelo homem, conforme as “possibilidades técnicas, o nível de disponibilidade demográfica do trabalho e o direcionamento da produção”, impondo um sistema de uso dos recursos naturais.<sup>3</sup> A sua conformação inscreve-se simultaneamente no espaço e no tempo: “não são dados quase “naturais” à força de serem antigos: têm uma História que é preciso destrinchar em detalhe, feita de continuidades, de estruturas de longa duração, mas também de descontinuidades, oposições, sucessões e transições”.<sup>4</sup> Nesta perspectiva, recordemos que a Mata Atlântica foi manipulada pelas populações indígenas por milhares de anos, e que sua agricultura itinerante reduziu partes da floresta a formações secundárias. “A derrubada da floresta para fins de assentamento, agricultura, comunicação e guerra ampliou em muito a área de perturbação”.<sup>5</sup> Os europeus não encontraram, pois, florestas “intocadas”.
- Warren Dean afirma que a primeira ou as duas primeiras gerações de invasores portugueses dependeram totalmente dos conhecimentos indígenas sobre a Mata Atlântica para sobreviver: “os tupis caçavam, plantavam e cozinhavam para os expedicionários, além de curar suas doenças”. A dependência chegava ao ponto de, em momentos críticos, os portugueses terem de trocar seus anzóis e facas, não por bens com valor comercial, mas por mandioca.<sup>6</sup> Esta dependência das formas de vida e dos alimentos autóctones ocorreu durante a conquista de toda a América. A primeira crise de fome dos espanhóis no México, por exemplo, aconteceu em 1545-1547, momento em que a população indígena fora reduzida à metade e os conquistadores ainda não tinham iniciado sua agricultura.<sup>7</sup>
- A farinha “de guerra” (por ser o alimento que os indígenas levavam quando guerreavam), “dos índios” ou “de pau” (por ser feita de uma raiz) impressionou os portugueses desde sua chegada. Os relatos apontavam a produtividade da mandioca, sua versatilidade e os mais entusiasmados afirmavam a superioridade de sua farinha sobre a de trigo.<sup>8</sup> Em data tão recuada quanto 1587, Gabriel Soares de Souza descrevia a importância da farinha de mandioca como segue:
- Dessa farinha de guerra usam os portugueses que não têm roças, e os que estão fora delas na cidade, com que sustentam seus criados escravos, e nos engenhos se provêm delas para sustentarem a gente... e os navios que vêm do Brasil a esses reinos, não têm outro remédio de matalotagem ... senão o da farinha de guerra; e um alqueire dela ... se dá de regra a cada homem para um mês ... é muito sadia e desenfasiada, e molhada no caldo de carne ou de peixe fica branda e tão saborosa quanto o cuscuz.*<sup>9</sup>
- <sup>3</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 209.
- <sup>4</sup> CARDOSO, C. F. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, C. F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 38.
- <sup>5</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 57.
- <sup>6</sup> Idem, p. 83 e 85.
- <sup>7</sup> FLORESCANO, Enrique. La transformación de la antigua economía y la formación de los trabajadores coloniales (1500-1560). *Revista de la Universidad de México*. México, vol. 34, n° 10, junio 1980.
- <sup>8</sup> Para um resumo das observações de diversos cronistas, inclusive holandeses, sobre a mandioca, vide SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-Colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790). Tese de doutoramento. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990. p. 69-88.
- <sup>9</sup> SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971, p. 302, *apud* SILVA, Francisco Carlos. Op.cit., p. 82.



Elucidativa passagem, que assinala a generalização de seu consumo não só entre os escravos, mas entre os colonos europeus e nas próprias frotas que retornavam a Portugal; além disso, indica o surgimento de um precoce mercado interno de alimentos, para abastecer aqueles que “não têm roças” ou que “estão na cidade”. Portanto, simultaneamente à instalação da *plantation* açucareira e dos engenhos no recôncavo baiano, surgiram roças de mandioca, direcionadas a atender o incipiente mercado urbano. No século XVIII, para o qual existem mais estudos e fontes documentais, verificou-se, especialmente para a Bahia, que estas roças eram cultivadas por famílias de lavradores que contavam exclusivamente com seus braços, ou por “pequenos produtores escravistas”, proprietários de um a cinco escravos.<sup>10</sup>

<sup>10</sup>SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 145-165.



Engenho de açúcar na primeira fase da colonização.

No único estudo realizado sobre as crises de subsistência no Brasil, Teixeira da Silva estudou o período de 1638 a 1804 – 166 anos – nas duas principais cidades-portos da América portuguesa, Rio de Janeiro e Salvador, e detectou 25 anos de fome. Além destes, quase dois terços do período foi marcado por penúrias, faltas e carestias de alimentos. Como observa o autor, neste regime colonial a “fartura e abundância, ainda que perseguidas com afinco, tornar-se-iam estados ideais visualizados por uma sociedade sempre no limiar da crise”.<sup>11</sup> A carestia e a fome abatiam-se sobre aqueles setores urbanos mais pobres, despossuídos da terra; os abastados sempre poderiam contar com alimentos importados (trigo, azeite, bacalhau) ou com a produção de suas chácaras suburbanas.

Quais os fatores que incidiam para que ocorressem estas crises de subsistência? Para além das questões climáticas, “as excessivas chuvas” e a seca, a “esterilidade”, convém indicar os limites ecológicos do sistema agrário criado pelos colonizadores e a ausência de uma tecnologia (ou saber) agrário adaptado à agricultura do trópico úmido.

A mandioca enquanto padrão agrário foi tomada aos índios, agricultores da floresta úmida. No entanto, a adaptação realizada pelos colonos europeus ao padrão agrário desta floresta destruiu o implante ecológico indígena. Os autóctones plantavam em pequenas clareiras espaçadas no interior da floresta, que continuava dominando o ambiente. As trocas entre o espaço cultivado e a floresta eram permanentes e diretas, permitindo visitas dos habitantes silvestres ao espaço cultivado. O modelo de cultivo europeu, ao contrário, pressupunha a homogeneidade de grandes espaços, no mais das vezes com um cultivo único. “Foi este modelo de organização da paisagem agrária que foi adaptado a um gênero e a um padrão tecnológico nativo, estabelecendo uma superfície exposta, homogênea, com uma oferta inédita de alimentos para as pragas, fenômeno único na história das relações do homem com a natureza”.<sup>12</sup> A imposição da paisagem agrária européia, portanto, com seus campos abertos e homogêneos e a derrubada da cobertura florestal, produziram a lixiviação dos solos e a invasão de pragas.

Mas não foram apenas os limites ecológicos do sistema agrário implantado que levaram à penúria de alimentos e à fome urbana. As determinações mais amplas do sistema colonial também atuavam decididamente. A hegemonia do plantacionismo, dos interesses e poder dos senhores de engenho sobre os “roceiros”, os plantadores de alimentos (mandioca, arroz, milho, dependendo da região), foram também decisivos.

A monopolização de terras sob a forma de extensos latifúndios foi uma necessidade dos engenhos de açúcar. As grandes exigências de combustível dependiam das reservas de lenha dis-

<sup>11</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 183-188 e 270.

<sup>12</sup> Idem, p. 398.

poníveis no interior da propriedade, devido aos altos custos de seu transporte em longos trajetos. Assim, os “sertões” funcionavam como reserva necessária de lenha e madeira, sendo incorporados às terras dos engenhos. Mas também os roceiros de mandioca necessitavam de lenha para os fornos de torrefação da farinha, pois era este processo de torrefação que garantia sua qualidade e durabilidade. No entanto, não tinham condições econômicas e sociais de disputarem com os senhores de engenho a doação, por parte da Coroa, de grandes extensões de terra com matas. A dependência unilateral de uma fonte energética explica um dos conflitos coloniais: senhores de engenho contra roceiros de mandioca, a fornalha da casa de purgar contra o forno da casa de farinha. Os roceiros eram obrigados, então, a aproveitarem-se de matas não apropriadas e de florestas de mangues. Suas necessidades de energia fazia-os avançar mais para as bordas das florestas, devastando-as e empurrando a fronteira cada vez mais para o interior. Além disso, o sistema de cultivo da cana exigia três campos, e o da mandioca, dois. A incapacidade dos produtores em recuperar os campos utilizados fazia com que as terras cansadas tivessem de ser abandonadas. Enfim, ambos os cultivos constituíam um sistema que necessitava de “florestas a derrubar, como condição básica para a sobrevivência da empresa”<sup>13</sup>.

<sup>13</sup>SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 331-332

A provisão de 24 de abril de 1642 exemplifica a posição da metrópole colonizadora em relação aos cultivos de exportação e aos de consumo interno. Ela facultava aos “moradores do Brasil” o cultivo do gengibre e anil apenas em terras *impróprias para a cana*, mas obrigava-os simultaneamente a “plantar de mandioca outra igual porção de terreno”. A metrópole, desejosa de diversificar os produtos de exportação permite a produção de anil e gengibre, mas não em terras aptas para o plantio de cana. Por outro lado, preocupada com motins urbanos causados pela carestia da farinha ou mesmo fome, obriga estes cultivadores a plantarem a mandioca em igual extensão de terras.

Não só nas disputas por terras e matas os senhores de engenho e plantadores de cana sobrepunham-se aos interesses do abastecimento interno e, em alguns momentos, aos da própria Coroa. Preocupada com a queda do preço do açúcar e com as crises de fome (1650-51 na Bahia e 1653-54 no Rio de Janeiro) a Coroa proibiu temporariamente o erguimento de novos engenhos. Teixeira da Silva considera que tais determinações nunca foram efetivas. Em 1688 o Conselho Ultramarino, órgão superior da administração das colônias, emite provisão determinando que os moradores de “beira-mar” plantassem 500 covas de mandioca por escravo que tivessem em serviço, não importando em que tipo de cultura.





“Mandioca” (1624), desenho de Frei Cristóvão de Lisboa.

A obrigatoriedade do plantio de mandioca se repetirá através de portarias, provisões, ordens e bandos em 1690, 1700, 1701, 1703, 1704, 1705, 1712, 1715, 1718, 1740, 1774, 1775, 1781, 1793 (quando se ampliou a obrigatoriedade ao cultivo do feijão, milho e arroz) e 1798. O ano das ordens acompanha, em geral, as crises de subsistência. A recorrência destas disposições faz supor que não fossem cumpridas pelos plantadores de cana e senhores de engenho. Com tais medidas pretendia-se que estes plantassem, pelo menos, o alimento necessário aos seus escravos, interiorizando nos engenhos a produção de alimentos necessária à própria empresa, afastando assim do mercado colonial um setor de clientes. A folga resultante daí permitiria um melhor abastecimento dos núcleos urbanos e ainda, das necessidades governa-

<sup>14</sup>SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 364.

mentais portuguesas: as frotas (que transportavam para Europa os produtos de exportação), os quartéis e as colônias em crise. <sup>14</sup>

As contradições da sociedade colonial foram expressas com verve e brilhantismo pelo poeta Gregório de Mattos, que sofreu a fome que se abateu sobre Salvador em 1691. A oposição entre uma população esfaimada, os poderes locais (a Câmara municipal, representante dos interesses dos senhores de engenho, no caso da Bahia) e o poder metropolitano (a frota que transporta a riqueza, o açúcar, e ainda por cima, rouba-lhes o alimento), ficou registrada com ironia em seus versos:

*Toda a cidade derrota  
Esta fome universal  
E uns dão a culpa total  
A Câmara, outros à frota;  
A frota tudo abarrota  
Dentro dos escotilhões,  
A carne, o peixe, os feijões:  
E se a Câmara olha e ri,  
Porque anda farta até aqui  
É cousa que me não toca  
Ponto em boca!*

*Se dizem que o marinheiro  
Nos precede a toda a lei  
Por que é serviço do Rei  
Concedo que está primeiro:  
Mas tudo por mais inteiro  
O conselho que reparte  
Com igual mão e igual arte  
Por todos jantar e ceiar;  
Mas frota com tripa cheia  
E povo com pança oca,  
Ponto em boca!*

*A fome me tem já mudo  
Que é muda a boca esfaimada  
Mas se a frota não traz nada  
Por que razão leva tudo?  
Que o povo por sisudo  
Largue o ouro, largue a prata  
A uma frota patarata  
Que entrando com vela cheia,  
O lastro que traz de areia  
Por lastro de açúcar troca:  
Ponto em boca!*

(Gregório de Matos, *Romances*, XXI).

Helen Osório é doutora em História e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.